

Francisca Pini (autora)¹
José Genivaldo da Silva (coautor)²
Paulo Araújo Neto
(coautor)³

A Educação Popular em Direitos Humanos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos: uma experiência do Projeto MOVA-Brasil

Resumo

A adoção da teoria do conhecimento formulada pelo educador Paulo Freire é o que orienta o Projeto MOVA-Brasil, em seus dez anos de existência (2003-2013). Concebido pelo Instituto Paulo Freire (IPF), pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e pela Petrobras, o MOVA-Brasil vem contribuindo com a transformação social dos territórios nos quais atua, por meio da alfabetização com exercício de cidadania ativa. Já alcançou 246 mil pessoas alfabetizadas e mais de 10 mil educadores formados, numa perspectiva da Educação Popular em Direitos Humanos. Os educandos e educandas fazem parte de uma pluralidade dos diferentes segmentos sociais: sistema prisional, comunidades tradicionais, populações indígenas, quilombolas, ciganas, pessoas com deficiência, comunidades de pescadores, ribeirinhos, população do campo e urbana.

Palavras chave: alfabetização; Educação Popular; Direitos Humanos.

Introdução

O Projeto MOVA-Brasil tem um passado que remonta a 1989. Foi naquele ano que o educador Paulo Freire (1921-1997), quando secretário de Educação do município de São Paulo, no primeiro

¹ Assistente social, mestre e doutora em Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica - São Paulo. É sócio-fundadora do Centro de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude Paulo Freire (CEDHECA Paulo Freire). Há 23 anos participa do Movimento dos Direitos Humanos da Infância e da Adolescência. Filiada à ANDHEP. É organizadora do livro *Educação, participação política e direitos humanos* (São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2011). Atualmente é Diretora Pedagógica do Instituto Paulo Freire.

² Dirigente sindical e representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP) no Comitê Gestor do Projeto MOVA-Brasil.

³ Gerente de Programas Sociais da Petrobras.

governo democrático e popular, lançou o Movimento de Educação de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo (MOVA-SP), na Câmara Municipal, em 28 de outubro de 1989.

Ele dava origem, assim, a uma concepção nova de programa de Educação de Jovens e Adultos, tendo a parceria entre Estado e organizações da sociedade civil como intuição original. Paulo Freire afirmava que o Estado, sozinho, não iria acabar com o analfabetismo no Brasil e que era preciso envolver a sociedade civil. Este processo contribuiu para o fortalecimento das organizações da sociedade que se constituíram, a partir do *Fórum dos Movimentos Populares de Educação de Jovens e de Adultos*, em um importante ator social na cidade de São Paulo.

Depois da experiência de Paulo Freire, várias prefeituras brasileiras, inspiradas no MOVA-SP, criaram seus MOVAs – e muitos educadores e instituições se envolveram na continuidade do movimento.

A Metodologia MOVA resume a trajetória de Freire no campo da alfabetização de adultos, na qual incorporou não só o letramento e a conscientização, mas, igualmente, a necessidade de associar o aprendizado da cultura letrada e do cálculo à cidadania, ao trabalho, à geração de emprego e renda e aos Direitos Humanos.

O Projeto MOVA-Brasil, portanto, insere-se na tradição freiriana da Educação Popular. Seus princípios metodológicos, bem como sua estrutura, organização e funcionamento, sua concepção de formação inicial e continuada, inserem-se na tradição da educação libertadora. Ele atua nas causas do analfabetismo ligadas à pobreza.

Nesse processo, a população envolvida com o MOVA-Brasil tem participado ativamente da luta por políticas públicas, muitas vezes negadas às pessoas mais empobrecidas, em particular o direito à educação.

Ao longo de mais de dez anos de existência, o Projeto MOVA-Brasil acumulou grande experiência e muitos saberes no campo da alfabetização, da administração, da gestão participativa e compartilhada e na articulação com os movimentos sociais.

O MOVA-Brasil se tornou um ponto de articulação social e de mobilização. Suas ações vão muito além da alfabetização e da aquisição da cultura letrada, incluindo a economia solidária, a agricultura familiar, o artesanato, o reflorestamento, o desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento

sustentável, as redes sociais e interfaces com os temas: juventude, pontos de cultura, questão de gênero, portadores de deficiências, indígenas, negros, quilombolas e outros.

O Instituto Paulo Freire (IPF), a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), gestores do Projeto MOVA-Brasil, são instituições que têm histórico em ações educativas, de mobilização social e de geração de emprego e renda. Ao conceberem este Projeto, buscam, por meio de suas instituições, contribuir para a redução do analfabetismo no Brasil e para o fortalecimento da cidadania ativa e a formação profissional.

A Metodologia MOVA ganhou em extensão e qualidade com o Projeto MOVA-Brasil, atingindo um alto grau de elaboração teórica, fundamentada em numerosas práticas. É reconhecida hoje nacional e internacionalmente, tanto pela quantidade de trabalhos publicados sobre o Projeto quanto pelo número de referências que podem ser encontradas na internet.

O contexto social e econômico do Brasil ainda é muito desigual, mesmo com todo investimento realizado nas gestões dos governos democráticos e populares de 2002 até o momento, como nos aponta Moacir Gadotti (2013, p. 35):

As **taxas de analfabetismo no Brasil** continuam muito altas se comparadas não somente com as dos países desenvolvidos, mas, inclusive, comparadas com as dos países da América Latina. Na primeira década do século 21, o Brasil perdeu 16 posições no Índice de Desenvolvimento da Educação (IDE), indicador da Unesco que mede o desempenho dos países na universalização da educação primária (da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental a ser completada com 10 anos – distorção série-idade), alfabetização de adultos (taxa acima de 15 anos), paridade e igualdade de gênero e qualidade da educação (medido pelo “índice de sobrevivência” na 5ª série). Nesse índice, o Brasil, entre 128 países, passou do 72º para o 88º lugar, sendo o penúltimo na América do Sul, apenas à frente do Suriname. Em 2005, éramos o 72º; em 2008, o 76º e em 2010, o 88º. Nesse indicador, a alfabetização de adultos tem um peso grande, o que puxou o índice para baixo no caso brasileiro.

Este quadro nos coloca em um contexto de imensa disparidade entre crescimento econômico e crescimento social, e nos convoca a construir propostas com o público envolvido.

Conforme dados do Projeto MOVA-Brasil (2011), a população jovem representava 18,28% dos atendidos no processo de alfabetização. Em relação aos adultos, a faixa entre 30 e 59 anos constituía a grande maioria das educandas e dos educandos do MOVA-Brasil, com 64,38%. Ainda em 2011, a população idosa no Projeto MOVA-Brasil totalizava 17,34%.

Os dados relativos aos públicos envolvidos na alfabetização nos desafiam à formulação de estratégias para integrar as diferentes faixas etárias no processo de socialização da vida cotidiana e buscar, conjuntamente, respostas das políticas sociais para a inserção aos diversos direitos sociais.

A presença jovem, sua capacidade criadora e inventiva, é anunciar um futuro melhor. Concordamos com Arroyo (2005, p. 21), quando diz:

[...] o que há de mais esperançoso na configuração da EJA como campo específico de educação é o protagonismo da juventude. Esse tempo da vida foi visto apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta. Um tempo provisório. Nas últimas décadas, vem se revelando como um tempo humano, social, cultural, identitário que se faz presente nos diversos espaços da sociedade, nos movimentos sociais, na mídia, no cinema, nas artes, na cultura... Um tempo que traz suas marcas de socialização e sociabilidade, de formação e de intervenção. A juventude e a vida adulta como um tempo de direitos humanos, mas também de sua negação.

O Projeto MOVA-Brasil tem se articulado com diferentes políticas sociais e trazido novos elementos metodológicos e culturais que contribuem com o enfrentamento da negação dos direitos sociais e econômicos. Outra questão que o MOVA-Brasil tem buscado articular adequadamente, nas ações do Projeto, é o encontro geracional entre a juventude, os adultos e idosos, com as diversas experiências de vida.

Este processo vem sendo refletido amplamente por meio da compreensão da estrutura social, econômica, política e cultural – e como esta impacta a atuação do Projeto. Conforme Freire (2000, p. 27),

Se as estruturas econômicas, na verdade, me dominam de maneira tão senhorial, se, moldando meu pensar, me fazem objeto dócil de sua força, como explicar a luta política, mas, sobretudo, como fazê-la e em nome de quê? Para mim, em nome da ética, obviamente, não da ética do mercado, mas da ética universal do ser humano, para mim, em nome da necessária transformação da sociedade de que decorra a superação das injustiças desumanizantes. E tudo isso porque, condicionado pelas estruturas econômicas, não sou, porém, por elas determinado. Se não é possível desconhecer, de um lado, que é nas condições materiais da sociedade que se gestam a luta e as transformações políticas, não é possível, de outro, negar a importância fundamental da subjetividade na história. [...] É neste sentido que só falo em subjetividade entre os seres que, inacabados, se tornaram capazes de saber-se inacabados, entre os seres que se fizeram aptos de ir mais além da determinação, reduzida, assim, a condicionamento e que, assumindo-se como objetos, porque condicionados, puderam arriscar-se como sujeitos, porque não determinados.

Pelas palavras de Freire, percebemos que a aprendizagem nesta concepção ocorre porque o sujeito é parte do processo histórico e social, capaz de olhar para si mesmo e para a realidade. A

aprendizagem se desenvolve a partir do que sabemos, com vistas à ampliação e ressignificação do sabido.

As educandas e os educandos trazem para as salas de aula um conjunto de saberes construídos ao longo de suas experiências de vida. Esses conhecimentos devem ser considerados, desenvolvidos e ampliados no trabalho pedagógico, e a eles devem ser acrescentados outros saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade.

A tarefa de acrescentar esses conhecimentos, sem anular os saberes dos educandos, é o que podemos definir como **ensino**. Nessa perspectiva, ensinar exige um exercício constante de ação-reflexão-ação. Mais do que isso, exige pesquisa, conforme anuncia Paulo Freire (1997, p. 32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino, continuo buscando, re-procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar; constatando, intervenho; intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Para Feitosa (2008, p. 45):

O educador pesquisador, mais do que um transmissor de conhecimento, é aquele que deve acompanhar o processo de construção de conhecimento do educando. Esse acompanhamento pressupõe saber como o educando aprende, quais as hipóteses que constrói, os conflitos cognitivos e os caminhos que encontra para superar esses conflitos. Pressupõe também a observação, o registro e a avaliação desse processo, a fim de possibilitar as intervenções necessárias e provocar situações desafiadoras que ajudem os educandos a questionar suas certezas, para que possam considerar a existência de diferentes formas de pensar e, com isso, ampliar seu conhecimento. Essa atuação do educador exige pesquisa e reflexão crítica sobre a prática. Não há lugar para o espontaneísmo.

O Projeto MOVA-Brasil busca fortalecer o diálogo e a interação entre o sujeito que ensina (e aprende ao ensinar) e o sujeito que constrói sua aprendizagem. É nessa relação dinâmica que se dá a construção do conhecimento e a verdadeira aprendizagem.

Desenvolvimento teórico-metodológico

Podemos afirmar que o movimento da práxis expressa a concepção dialética que tem sido adotada no Projeto MOVA-Brasil, por se tratar de uma ação refletida por uma determinada teoria, ressignificando a ação anterior, transformando-a numa nova ação. Ou seja: é o diálogo entre teoria e prática, numa relação de interdependência.

Nesse processo, há duas categorias centrais. A primeira é a *Leitura do Mundo*, conceito central da pedagogia freiriana que, ao entender a realidade histórica como uma criação humana, reconhece o ser humano como sujeito capaz de transformar a si próprio e o mundo em que vive. Por meio de uma ação consciente, empreendida socialmente, o ser humano pode, em diálogo com seus semelhantes e com a própria realidade, ler o mundo e agir, intencionalmente, sobre ele, com vistas a sua transformação.

Por meio da *Leitura do Mundo* emergem os *Temas Geradores* que orientam a escolha dos conteúdos a serem problematizados no processo de ensino e aprendizagem, para a compreensão dessa realidade e busca de alternativas de intervenção social. Leva-se em consideração o percurso pedagógico traçado por Freire (1979) de maneira articulada e interdependente: a *Leitura do Mundo*, a problematização e a intervenção na realidade.

Esta clareza de princípios demonstra o posicionamento teórico e político de Paulo Freire em relação à concepção de educação, desde a experiência de alfabetização de jovens e adultos vivenciada em Angicos (RN), que completa 50 anos em 2014, quando ele, e uma equipe de educadores, formularam processos metodológicos com os(as) educandos(as) que asseguraram a cultura, a história de vida dos sujeitos e do lugar em que viviam, a democracia com participação popular, o diálogo e a pesquisa, para trabalharem os conhecimentos socialmente construídos pela humanidade e a luta por uma educação que afirma os direitos.

Para tanto, partir da realidade concreta significa reconhecer que são as necessidades práticas que motivam educadores e educandos a buscar conhecimento teórico para compreender a realidade. Voltar à prática para transformá-la requer retomar o exercício de suas ações diárias, com referenciais mais elaborados, e agir de modo mais competente, mais compreensivo e mais comprometido para a transformação social.

A *Leitura do Mundo* inicial, como procedimento metodológico pautado na dialética e em uma nova razão, é o ponto de partida para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico do Projeto (PEPP) MOVA-Brasil. A primeira aproximação da leitura que educandos e educadores fazem de suas realidades acontece a partir de questões orientadoras e atividades de pesquisa, relatos de histórias de vida, debates, dentre outros que possibilitam a identificação das situações significativas e a definição dos *Temas Geradores*, subtemas e conteúdos abordados.

As atividades de observação, pesquisa, entrevista, o debate e a Festa Comunitária Cidadã, que é compreendida como, a Leitura do Mundo compartilhada com a comunidade local, para socialização dos dados e juntos pensarem em novas estratégias para os problemas comunitários envolvem as turmas e comunidades com o objetivo de discutir as situações significativas que as angustiam.

Nesta perspectiva, o diagnóstico inicial dos conhecimentos de leitura, escrita e matemática é fundamental para o planejamento do processo de ensino e aprendizagem. O conhecimento prévio das aprendizagens, articulado às demandas individuais e coletivas dos(as) alfabetizandos(as) e comunidades traduzidas nos Temas Geradores, são as bases para uma alfabetização contextualizada, com sentido, cidadã.

Outra categoria fundamental para o educador Paulo Freire é a cultura. Freire formulou a concepção do Círculo de Cultura, em que o educando ocupou e ocupa o papel de investigador durante o processo de ensino e aprendizagem e traz para o centro do debate os elementos da realidade para identificar as palavras geradoras. A relação entre educador e educando é de compartilhamento de saberes diferentes, cada um com uma bagagem de conhecimento e sua parcela de responsabilidade na construção de novos conhecimentos.

Cabe ao educador lançar mão de procedimentos metodológicos para que os educandos reconheçam que sabem um conjunto de coisas e ajam para saber o que ainda não sabem. Esses saberes devem ser sempre contextualizados, a fim de que os educandos percebam a importância desses conhecimentos para suas vidas e possam, desse modo, saber mais e viver melhor.

Hoje, ao nos depararmos com o desafio de reinventar Paulo Freire, não podemos desconsiderar que somos, assim como os educandos e educandas com os(as) quais trabalhamos, produtores de cultura e transformamos o mundo com o nosso trabalho – e, por meio dele, nos transformamos também. Essa é a dimensão antropológica da cultura refletida pelo educador Paulo Freire. Essas categorias encontram sustentação na concepção de Educação Popular como práxis política, a qual está diretamente vinculada aos saberes da comunidade e dos educandos.

O reconhecimento e a valorização desses saberes são constitutivos da Educação Popular e da educação como prática da liberdade, visando-se a estabelecer a devida articulação entre esses conhecimentos e os saberes historicamente sistematizados pela humanidade, na perspectiva da qualidade social que buscamos com a prática pedagógica, que tem como principal finalidade

contribuir para a construção da autonomia de todos os envolvidos. Como afirma Brandão (apud PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 63),

Na concepção libertadora de educação, o educando não pode ser visto como uma caixa vazia que recebe os depósitos dos educadores. O educador Paulo Freire denominou essa concepção de bancária, pela semelhança que há entre ela e um banco. Na concepção bancária, a relação que se estabelece entre educador e educando é de sujeito e objeto, sendo o educando um mero recipiente pronto a receber os saberes do educador. Nesse caso, não há diálogo e a relação entre os participantes é vertical, ficando marcada a hierarquia entre educador e educando.

Essa concepção de educação defendida por Freire perpassa a compreensão da incompletude e inacabamento do ser humano. Desse modo, todo tempo é tempo de aprender, pois não é um ato finito, mas de constante renovação. Essa perspectiva dialoga com a noção de alfabetização assumida na Declaração de Jomtien (1990), associada a uma visão ampla de educação, que se estende ao longo de toda vida e que considera, portanto, que as pessoas estão permanentemente se educando em diversos âmbitos sociais, para além da escola.

A continuidade do Projeto MOVA-Brasil significa, para muitos brasileiros, a oportunidade de se inserir no processo produtivo do País, de aprofundar a compreensão da realidade em que estão inseridos, de ler e escrever a partir de seus contextos e de suas narrativas de vida, visando ao exercício da cidadania e à escrita de uma nova história do Brasil, com justiça, democracia e sustentabilidade.

Quadro dos atendimentos do Projeto MOVA-Brasil nos dez anos				
Ano	Turmas	Educandos	Municípios	Profissionais
1ª Fase	543	12167	161	612
2ª Fase	525	14440	128	619
3ª Fase	863	23301	138	994
4ª Fase	1000	24287	232	1067
1ª Etapa	1325	33979	199	1472
2ª Etapa	1329	31897	194	1513
3ª Etapa	1311	33472	184	1517
4ª Etapa	1417	41416	204	1617
5ª Etapa	1352	31612	188	1545
Total	9665	246571	1628	10956

Fonte: Sistema MOVA/2014

Conforme a tabela acima, é possível identificar a amplitude Projeto MOVA-Brasil, ao longo dos dez anos, com sua atuação alfabetizadora referenciada na educação libertadora, com envolvimento de diversos sujeitos sociais, na construção de *um outro mundo possível*.

Esta educação passa a ser entendida como condição necessária ao desenvolvimento pessoal e social. Como educador popular, Paulo Freire (1987) defende que a educação sozinha não pode transformar a sociedade, mas sem ela, tampouco, a sociedade muda – pois ela jamais é neutra, e, sim, impregnada de intencionalidade.

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática. Parte da realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais. Valoriza a dialogicidade, a horizontalidade e o conhecimento prévio do sujeito. Promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação. É a expressão do movimento cultural.

Sendo assim, a Educação Popular, sob a formulação freiriana, deve ser entendida como uma concepção de educação para a transformação social, num contexto de luta contra as diferentes formas de opressão e negação das liberdades. É o exercício da “Educação como Prática de Liberdade”, conforme formulação de Paulo Freire. Essa compreensão é fundamental para nos assumirmos como sujeitos críticos e criadores de nossos mundos, da vida cotidiana e dos rumos de nossos destinos e da história.

A Educação Popular tem um sentido transformador imerso no meio popular. Na concepção histórico-crítica de educação, a concepção de Educação Popular se pauta pelos seguintes princípios:

- ético: que promove o respeito ao ser humano, combatendo qualquer tipo de discriminação social. A Educação Popular está claramente comprometida com os grupos populares, que são os sujeitos que mais sofrem os múltiplos modos das violências e opressões. São eles que carregam os interesses mais fortes e urgentes da transformação humana da realidade;
- político: que promove a transformação da sociedade, tendo a educação como intencionalidade política;
- educativo: educação construída com os educadores e educandos, que valoriza a construção coletiva do conhecimento, instiga a pesquisa e educa para a sociedade e para relações sociais justas e sustentáveis.

Considerações Finais

Em suma, podemos dizer a Educação Popular é uma Educação para os Direitos Humanos, uma vez que promove a mobilização social para a garantia dos direitos e constroi valores de respeito e de alteridade (LIU; PINI; GOES, 2011, p. 34).

Em continuidade ao legado freiriano, comprometido com a emancipação humana e a transformação social, nós nos colocamos frente à necessidade de lutar e construir um mundo com justiça social para todos e todas. Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade está atrelado à luta pelo direito à diferença como ponto de partida, vislumbrando a igualdade material como ponto de chegada. Assim se traduz a urgência em lutarmos pela equidade, entendida como direito à igualdade de oportunidades, considerando as diferenças.

Por isso, afirmamos que o Projeto MOVA-Brasil desenvolve uma Educação Popular em Direitos Humanos, por estar imerso à realidade e com as populações que sofrem as maiores violações de seus direitos: educandos e educandas do sistema prisional, das comunidades tradicionais, populações indígenas, quilombolas, ciganas, pessoas com deficiência, comunidades de pescadores, ribeirinhos, população do campo e urbana.

A tão propagada “igualdade na diversidade” só pode ser proferida se a igualdade for entendida como sinônimo de igualdade material e a diversidade como a diferença que faz de cada ser humano um ser único, origem da noção de dignidade humana: a humanidade que diferencia cada um(a), tornando-o(a) diferente dos(as) demais e igual em direitos.

Como expoente de uma educação emancipadora, democrática e cidadã, não discriminatória, antirracista, comprometida com a liberdade religiosa, com respeito às diferenças e à sustentabilidade socioambiental, o Projeto MOVA-Brasil estabelece como diretriz metodológica de sua ação alfabetizadora a Educação em Direitos Humanos, por lutar com as populações marginalizadas econômica e socialmente pela garantia a exercer plenamente seus direitos na perspectiva de uma educação que tem como finalidade a conscientização e, por meio dela, a mobilização coletiva para a transformação social.

Referências

- ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. *Metodologia MOVA* São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 2).
- _____; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira; STANGHERLIM, Roberta. *Economia Solidária*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 4).
- ARROYO, MIGUEL. Educação de jovens - adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma (org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2005.
- ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo, Hucitec, 1992.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. Brasília: Líber, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____; FEITOSA, Sonia Couto Souza; AMARAL, Rutiléa. *Princípios curriculares orientadores para a EJA*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Receja, Caderno 2).
- BRASIL. *Estatuto do idoso: Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- _____. MEC; ACÇÃO EDUCATIVA. *Educação de Jovens e Adultos: Proposta Curricular para o 1º Segmento do Ensino Fundamental*. São Paulo; Ação Educativa; Brasília, DF: MEC, 2001.
- CEMBALISTA, Sílvia; FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Conviver, respeitar e valorizar a diversidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
- FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado*. Brasília: Liber Livros, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. *Revista de Cultura da Universidade do Recife*, Recife, n. 4; abr./jun. 1963.

- _____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em Educação Popular*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- _____. *MOVA: por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- _____; TORRES, Carlos Alberto. *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.
- _____. (org.). *MOVA-Brasil 10 anos: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.
- GALVÃO, Mariana; PADILHA, Paulo Roberto; LEITE, Rosângela. *Diversidade e Direitos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 5).
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz Rojas. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. *Educação Popular*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 3).
- MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a. v. 2. p. 203-234.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b. v. 3. p. 208-210.
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MUNCK, Alexandre; MONTEZANO, Daniel; SILVA, Sandra Pereira da. *Gestão compartilhada*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 6).
- MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- NASCIMENTO, Luiz Marine José do; SILVA, Rodrigo Costa da (Org.). *Alfabetização inicial de jovens, adultos e idosos: a ousadia de fazer e o dever de mostrar*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda Barreto (Org.). *Pesquisa em Educação: Métodos, temas e Linguagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- OSASCO. Secretaria Municipal de Educação. *Diversidade, Inclusão e Avaliação: Perspectivas para a educação de jovens e adultos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.
- PADILHA, Paulo; FAVARÃO, Maria; MORRIS, Erick; MARINE, Luiz (Org.). *Educação para a cidadania planetária: Currículo Intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- PINI, Francisa Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei (org.). *Educação, participação política e direitos humanos*.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre a educação de adultos*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Nacional de Articulação Social e Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. *Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas*, Brasília, 2014
- SANTOS, Alessandra Rodrigues de; NASCIMENTO, Luiz Marine do. *Educação de Adultos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 1).
- TELLES, Silvia. *Paulo Freire e o Projeto MOVA-SP*. Disponível em: <http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire/artigos/Silvia_Telles.htm>. Acesso em: 28 mai. 2014.
- UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. *Declaração mundial sobre educação para todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar: Educação Popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.